



ANO 24 Nº 09
Setembro de 2015

O RS no contexto do Plano Nacional de Exportações

Lançado em 24 de junho de 2015, o Plano Nacional de Exportações 2015-18 (PNE) objetiva promover a competitividade exportadora e alavancar o crescimento econômico do País. Segundo o Governo Federal, o PNE consiste em um esforço de conferir um novo *status* ao comércio exterior brasileiro, entendendo a atividade exportadora como estratégica para gerar renda e emprego, fomentar investimentos produtivos, estimular a inovação e, conseqüentemente, dinamizar a economia nacional.

Particularmente, essa visão torna-se ainda mais relevante no atual cenário global — caracterizado por baixa atividade econômica, acirramento da concorrência internacional e acomodação dos preços das *commodities* em níveis inferiores aos observados nos últimos anos — e no contexto de baixas taxas de crescimento, verificadas nas últimas décadas pela economia brasileira.

Dessa maneira, o Plano tem como propósito fomentar as vendas de bens e serviços brasileiros ao exterior, com foco em sua ampliação, diversificação, consolidação e agregação de valor e de intensidade tecnológica. Para tanto, os esforços do PNE incidirão sobre três dimensões das vendas externas, a saber: (a) a composição da pauta exportadora; (b) os mercados de destino; e (c) a origem das exportações brasileiras (maior diversificação regional da base exportadora).

Por seu turno, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) lançou, no dia 18 de agosto de 2015, o Sistema de Exportações FEE (SisExp), uma ferramenta que contribui para compreender a dinâmica das exportações de qualquer unidade da Federação, por diferentes classificações, para qualquer país de destino, o que se alinha com os objetivos e as necessidades do PNE. Assim, a partir de consultas ao SisExp, torna-se possível avaliar alguns dos eixos definidos pelo PNE, contribuindo para orientar diversas iniciativas do Plano e monitorando o cenário das atividades exportadoras nacional e regional.

Assim sendo, avaliando a participação percentual do valor exportado por fator agregado pelo RS, observa-se uma expansão dos produtos básicos em detrimento da redução dos produtos manufaturados e semimanufaturados ao longo do período 2007-14. No caso dos produtos básicos, a participação relativa no total exportado pelo Estado, que era de 38,2% em 2007, passou para 52,6% em 2014. Já os produtos manufaturados apresentaram uma tendência oposta, passando de 50,7% em 2007 para 39,4% em 2014. Os produtos semimanufaturados, mesmo em menor intensidade, também tiveram sua participação reduzida nas exportações gaúchas: passaram de 10,0% em 2007 para 6,8% em 2014.

Quanto aos mesmos dados, agora classificados por intensidade tecnológica, a partir da construção de um indicador que atribui pesos crescentes quanto maior for a intensidade tecnológica e que sintetiza todas as classes tecnológicas em

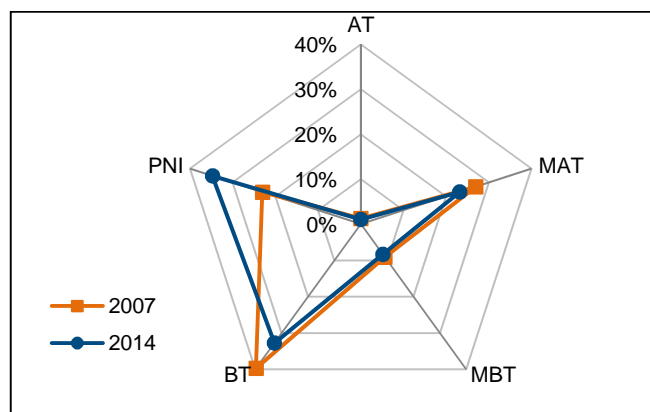
um único resultado para um determinado ano, verifica-se o baixo conteúdo tecnológico da pauta exportadora do RS. Admitindo-se valores entre 1 e 16, o índice caiu de 3,74 em 2007 para 3,35 em 2014. A pauta exportadora do Estado, portanto, apresenta baixa complexidade e vem perdendo cada vez mais densidade industrial e tecnológica com o passar dos anos.

Ao se calcular um índice de concentração por destino das exportações gaúchas, constata-se que elas vêm concentrando-se cada vez mais em poucos mercados consumidores. Adicionalmente, na média do período 2007-14, 52% das exportações do RS destinaram-se aos oito principais mercados consumidores de cada ano.

Já no que se refere ao volume embarcado para o exterior, observando a taxa média anual de crescimento das exportações, os setores de média-baixa tecnologia (MBT), de produtos não industriais (PNI) e de alta tecnologia (AT) apresentaram crescimento (51,1%, 8,0%, e 2,0% respectivamente), e os setores de média-alta tecnologia (MAT) e de baixa tecnologia (BT) registraram retração (-0,3% e -3,6% respectivamente), resultando em um crescimento médio de 1,0% a.a. para o Estado.

Dado esse desempenho desfavorável, o PNE, transformando-se de intenção em ações práticas, pode ser bastante útil para ajudar a reverter essa dinâmica negativa, no que tange à composição da pauta, à agregação de valor, e à diversificação de mercados, isto é, estimulando a competitividade e a qualidade das exportações do Rio Grande do Sul.

Composição do valor exportado, por conteúdo tecnológico, pelo Rio Grande do Sul — 2007 e 2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secex-MDIC.

NOTA: AT = Indústria de alta tecnologia; MAT = média-alta tecnologia; MBT = média-baixa tecnologia; BT = baixa tecnologia; PNI = produtos não industriais.

Tomás Amaral Torezani
Pesquisador em Economia da FEE

Reforma política, representação e governabilidade no RS

A qualidade de um sistema político pode ser mensurada por dois valores: representação e governabilidade. Ao mesmo tempo em que os diferentes interesses sociais devem estar presentes na discussão política, é necessário que existam espaços para formação de acordos sobre como resolver os problemas comuns. Convivemos, atualmente, com a percepção de que faltam, na política, tanto representação (os atores estão distantes do interesse público) quanto governabilidade (os governos possuem dificuldade para alcançar acordos estáveis).

Podemos abordar esses problemas a partir do desenvolvimento recente do sistema partidário do Rio Grande do Sul. O aumento no número de partidos nas eleições e nos parlamentos é um fator que prejudica a governabilidade, sem melhorar a representação da sociedade. Reparámos, no caso das eleições para a Assembleia Legislativa gaúcha, que o número de partidos que competiram saltou de oito em 1986 para 30 em 2014.

Acompanhando o surgimento de novas agremiações, aumentou também o número de candidatos a deputado estadual ao longo do período. O elevado número de partidos e de candidatos torna mais difícil para o eleitor fazer uma escolha bem informada e prejudica a consolidação das agremiações e do sistema partidário. Esse fenômeno, no entanto, não favorece uma representação mais próxima da diversidade social existente. Um exemplo é a representação feminina, que compreende, atualmente, apenas 13% das cadeiras na Assembleia.

Outro reflexo das transformações do sistema partidário ocorre no interior dos parlamentos, como mostra o aumento do número de partidos com cadeiras na Assembleia. Nas eleições de 1986, cinco partidos elegeram deputados estaduais. Em 2014, entraram na Assembleia 15 agremiações diferentes. Uma medida da concentração do poder parlamentar, calculada segundo a fórmula do número efetivo de partidos, mostra que a Assembleia se tornou muito mais fragmentada no decorrer do período. Chama a atenção que, em 2014, cinco agremiações presentes na Assembleia tomaram carona em coligações. Sem ter preenchido o quociente eleitoral com seus próprios votos, elas elegeram deputados devido à formação de lista em conjunto com outros partidos.

O aumento no número de partidos parlamentares é um desafio para a governabilidade. Caso o partido do segundo

colocado nas eleições para Governador permaneça na oposição, o atual Governo do RS precisa do apoio de, pelo menos, cinco partidos para aprovar legislação ordinária (maioria simples) e seis para aprovar emendas à Constituição (maioria qualificada). Nunca a base governista precisou de tantos partidos para ser funcional. A fragmentação partidária na Assembleia pode impossibilitar reformas ou levar a soluções precárias, adotadas sem acordo político e prontamente abandonadas pelos governos seguintes.

Inovações institucionais promovidas pelo Judiciário — e não pelo Congresso — são responsáveis por tornar o problema do número de partidos mais grave. Em 2007, o Supremo Tribunal Federal proibiu a infidelidade partidária, mas, posteriormente, autorizou a migração dos parlamentares para fundação de novos partidos e os premiou com fundo partidário e horário de propaganda eleitoral. A Lei nº 12.875, de 2013, restringiu o acesso dos pequenos partidos a esses recursos, o que pode limitar o incentivo à criação de novas legendas. Por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, a aplicabilidade do dispositivo iniciará apenas nas eleições de 2016.

Outras inovações institucionais atualmente estão em discussão no quadro da reforma política, mas as propostas e os resultados das primeiras votações no Congresso foram recebidos com desânimo. Elas não atacam problemas estruturais: não melhoram a representação nem facilitam a governabilidade. Regras de financiamento eleitoral mais rígidas, reserva de vagas para minorias sociais e proibição de coligações nas eleições proporcionais ou federação de partidos poderiam ter efeitos benéficos, mas foram descartadas pela Câmara de Deputados. Por outro lado, drásticas alterações no sistema eleitoral, a coincidência das eleições e as candidaturas simultâneas são propostas que tenderiam a agravar os problemas ressaltados e foram oportunamente rejeitadas.

Sem a expectativa de melhorias institucionais, cabe aos agentes políticos reforçarem a disposição ao diálogo na busca de acordos que usufruam amplo apoio político e social. Essa é uma condição para que as soluções adotadas hoje sejam respeitadas também pelos próximos governos e perdurem no futuro.

Indicadores da política gaúcha: a Assembleia Legislativa e as eleições para deputados estaduais no RS — 1986-2014

DISCRIMINAÇÃO	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Número de partidos nas eleições	8	12	18	23	23	26	25	30
Número de candidatos nas eleições	402	472	370	415	461	500	569	670
Mulheres eleitas (%)	4	4	7	7	4	5	15	13
Número de partidos com cadeira na Assembleia	5	8	10	8	10	10	11	15
Número efetivo de partidos na Assembleia (1)	3,2	5,2	6,0	5,8	6,6	7,7	7	8,4
Número de partidos na Assembleia sem quociente eleitoral	0	2	3	0	1	1	1	5
Coalizão governista mínima para maioria simples (2)	2	3	3	3	4	4	3	5
Coalizão governista mínima para maioria qualificada (2)	2	3	3	3	5	5	4	6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TSE, TRE-RS.

(1) Índice elaborado por Markko Laakso e Rein Teegapera para mensurar o número de partidos importantes e a dispersão dos assentos em uma casa legislativa.
(2) Número de partidos necessários para a base governista formar maioria simples e qualificada (três quintos), caso o partido do segundo colocado nas eleições para governador permaneça na oposição.

Augusto N. C. de Oliveira
Cientista Político, Pesquisador da FEE

A exportação de couros acabados cresce em importância

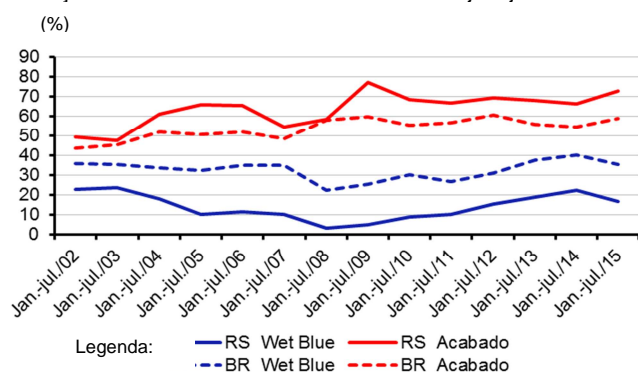
A análise da participação dos dois principais tipos de couros bovinos processados pelos curtumes, o *wet blue* (estado inicial do curtimento) e o acabado (pronto para uso), no total das exportações de couro bovino no RS e no Brasil mostra a clara predominância das vendas externas de couro acabado. Essa participação é maior no RS, onde essas vendas representam mais de 60%, em média, do total de couros bovinos exportados pelo Estado no período analisado (acumulado jan.-jul. 2002-15). O pico de 77% ocorreu em 2009, inaugurando um novo patamar de participação (70% em média), alteração que também pode ser observada em nível nacional, embora de modo menos acentuado.

Essa predominância se acentuou no acumulado jan.-jul./15, quando as vendas externas gaúchas de couro bovino alcançaram US\$ 295,9 milhões, e as nacionais, US\$ 1.421,7 milhões, valores menores do que os registrados no mesmo período de 2014 (11% e 16% respectivamente), o que impactou, de modo diferenciado, a composição dessas exportações. A inflexão na trajetória de participação dos couros *wet blue* decorre da queda mais expressiva das vendas externas desse tipo de couro, em termos absolutos e relativos, largamente influenciada pela forte diminuição da demanda pelo produto brasileiro na China, provocada pela desaceleração da atividade industrial desse país. China e Hong Kong, em conjunto, constituem os principais importadores dos couros bovinos brasileiro e gaúcho (34,8% e 28,0% respectivamente), absorvendo, predominantemente, o couro *wet blue*.

Por sua vez, o incremento na participação do couro acabado, em 2015, reflete a queda relativamente menor das suas

exportações nesse período. É importante salientar que a ênfase nas vendas de couro acabado sinaliza seu crescente uso nos setores moveleiro e automotivo, em detrimento da produção de calçados e artefatos de couro, que era a sua principal destinação original.

Participação dos couros tipo *wet blue* e acabado no total das exportações de couro bovino do RS e do Brasil — jan.-jul./2002-15



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/Aliceweb.

NOTA: 1. *Wet blue* inclui couros inteiros e raspas.

2. O total das exportações inclui couros salgados e do tipo *crust* (semiacabado).

Silvia Horst Campos
Economista, Pesquisadora da FEE

Evolução do emprego em Porto Alegre — 2000-14

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) teve tendência declinante no período 2000-14, e a cidade de Porto Alegre destacou-se ao apresentar menor taxa de desemprego em relação aos demais municípios da RMPA. A taxa de desemprego, em 2014, era de 4,9% em Porto Alegre e de 6,5% nos demais municípios da RMPA.

Além do menor desemprego, Porto Alegre também possuía a menor proporção de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado, e esse indicador foi reduzido quase pela metade no período de 2000 a 2014. Os assalariados sem registro formal decresceram de 48 mil para 32 mil (queda de 33,3%) nesse período.

Destaca-se que o setor privado teve forte expansão durante o período analisado, com a geração de postos de trabalho com registro formal, que apresentam maior proteção social. Nesse período, Porto Alegre teve aumento de 98 mil postos com carteira assinada (47,6%) e passou de 206 mil para 304 mil. Do total do emprego assalariado (454 mil) em 2014, 74% correspondiam ao setor privado (336 mil). Dentro desse segmento, 90,5% possuíam registro formal e apenas 9,5% não tinham carteira assinada. A participação do setor privado na ocupação foi maior nos demais municípios da RMPA, enquanto Porto Alegre possuía uma concentração maior de trabalhadores no setor público, a qual correspondia a 18% em 2014.

Isso pode estar contribuindo para que o salário médio real em Porto Alegre (R\$ 2.307,00) tenha sido 42,8% superior ao dos assalariados nos demais municípios da RMPA (R\$ 1.615,00) em 2014. Além disso, 31,1% dos ocupados de

Porto Alegre tinham escolaridade de nível superior, em contraste com apenas 9,8% nos demais municípios da RMPA.

Em síntese, a cidade de Porto Alegre obteve crescimento do emprego com maior proteção social (emprego formal) no período de 2000 a 2014, além de apresentar a menor taxa de desemprego e o maior salário médio real ao longo desse período.

Participação do emprego na ocupação, por categorias de emprego, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000 e 2014

DISCRIMINAÇÃO	PORTO ALEGRE		DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMPA	
	2000	2014	2000	2014
Setor privado total	44,1	51,6	55,0	62,5
Setor privado com carteira assinada	35,8	46,7	45,4	56,3
Setor privado sem carteira assinada	8,3	4,9	9,6	6,2
Setor público	16,2	18,0	8,9	9,3
Emprego formal (privado mais público)	52,0	64,7	54,3	65,9

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Jorge Augusto Silveira Verlindo
Sociólogo, Pesquisador da FEE

Tabela 1

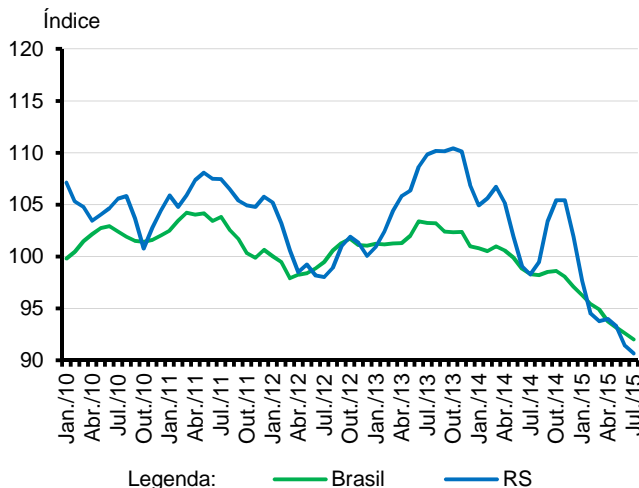
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — fev./15-jul./15

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Fev./15	1,22	2,48	7,70	0,27	1,03	3,85
Mar./15	1,32	3,83	8,13	0,98	2,02	3,15
Abr./15	0,71	4,56	8,17	1,17	3,22	3,54
Mai./15	0,74	5,34	8,47	0,41	3,64	4,10
Jun./15	0,79	6,17	8,89	0,67	4,33	5,58
Jul./15	0,62	6,83	9,56	0,69	5,05	6,96

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

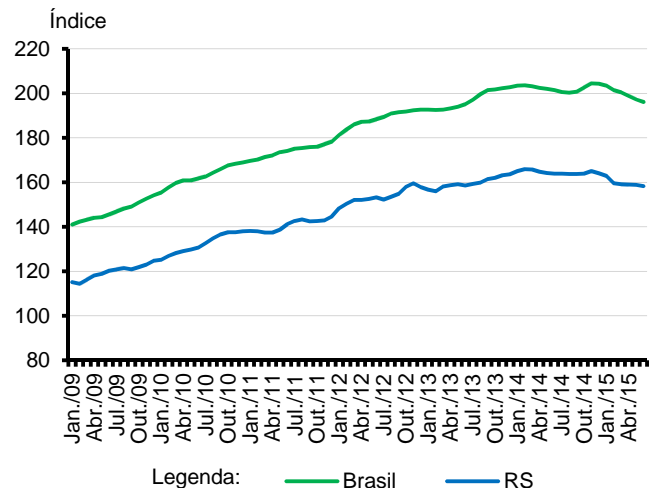
Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jul./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — fev./15-jul./15

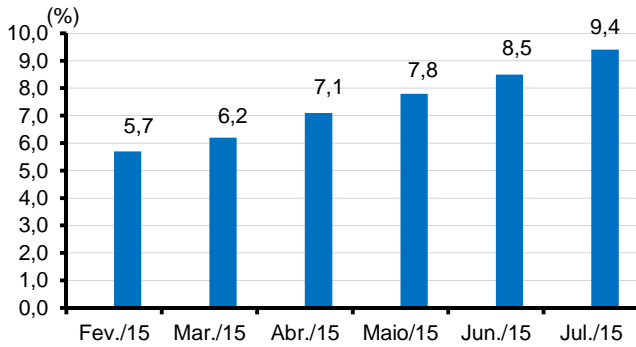
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai./15	Jun./15	Jul./15		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,82	3,14	3,04	3,06	3,11	3,22	3,00	2,77
Taxa de câmbio efetiva real (3)	98,7	107,0	103,7	104,2	105,2	108,4	103,0	98,6
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	12,25	12,75	12,75	13,25	13,75	14,25	13,03	12,29
Superávit primário (% do PIB)	0,51	-0,05	-2,83	1,44	1,98	2,01	-0,19	0,89
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	-3.099	148	265	2.452	4.329	2.146	3.367	-666
Exportações (US\$ milhões) (5)	12.009	16.891	15.056	16.672	19.585	18.449	112.275	203.644
Importações (US\$ milhões) (5)	15.108	16.743	14.791	14.220	15.256	16.303	108.907	204.310
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-7.180	-5.766	-6.854	-3.393	-2.564	-6.163	-44.094	-89.587

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — fev./15-jul./15

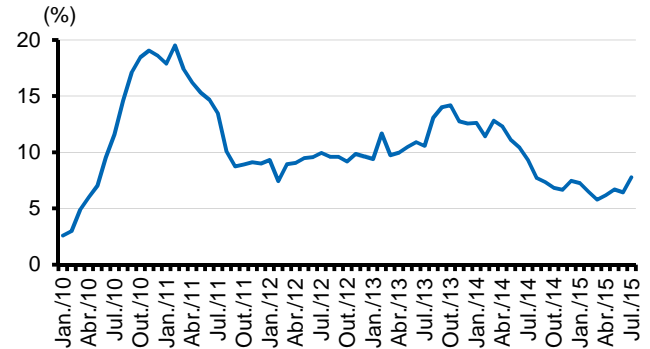


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jul./15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

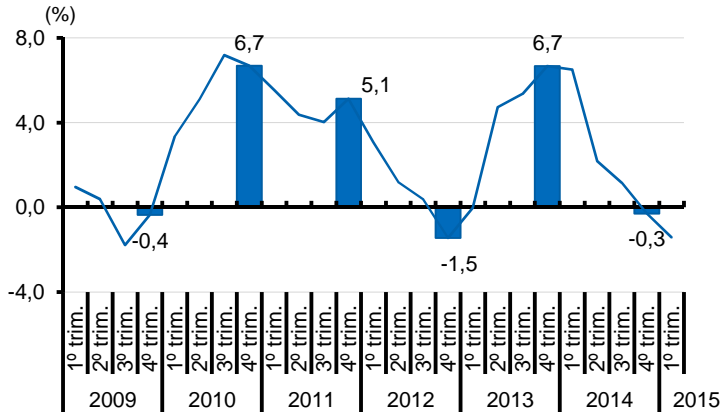
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — fev./15-jul./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Fev./15	1.841	25.795	7,1	-12,5	-19,3	-4,0	-12,2	-8,8	-8,1
Mar./15	3.094	42.773	7,2	-5,2	-13,7	6,8	-4,4	-10,8	-9,5
Abr./15	4.740	57.929	8,2	-3,8	-16,4	10,1	-6,2	-11,8	-10,6
Mai./15	6.323	74.698	8,5	-8,4	-17,1	6,1	-5,6	-12,8	-11,7
Jun./15	8.050	94.326	8,5	-9,8	-14,7	5,3	-1,4	-13,4	-12,8
Jul./15	9.875	112.858	8,8	-9,8	-15,5	5,9	-1,1	-13,9	-13,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-1º trim./15

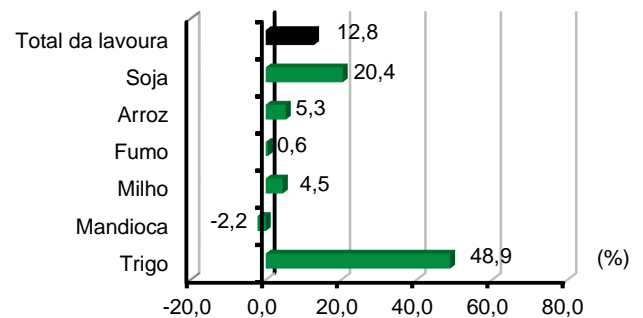


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — jul./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

A educação básica é prioritária no Brasil?

Há diversos debates acerca da relação entre aumento de gastos e qualidade da educação. As evidências existentes, coletadas principalmente por Eric Hanushek, destacam que melhorias na gestão são importantes e que aumentos de gastos por si sós não garantem qualidade. Entretanto, observar o comportamento do gasto revela mudanças de foco na política educacional do País, claramente distorcida em favor do ensino superior no passado. O erro parece ter sido evidente: pesquisadores, como James Heckman, têm salientado que investimentos na primeira infância geram maior retorno. Quanto mais jovens os estudantes, maiores os efeitos de uma intervenção via política pública.

Nesse contexto, observa-se uma alteração na alocação dos gastos em diferentes níveis de ensino nos últimos anos. Os recursos para a educação básica aumentaram em termos reais. Em 2000, o gasto público por estudante era 11,4 vezes

maior no ensino superior do que nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2013, essa relação caiu para 3,9. O País se aproximou, mas ainda não chegou, aos níveis médios dos países-membros da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na qual essa razão era de 1,7 em 2011.

Apesar das melhoras, persistem o favorecimento ao ensino superior e a baixa qualidade da educação básica. Em um contexto de crise, o papel de estados e municípios, responsáveis constitucionais pela educação básica, volta ao debate. Rediscutir o pacto federativo poderia permitir que estados e municípios gastassem **mais** em educação básica. Contudo, isso não é suficiente: reformas na gestão seriam cruciais para que se gastasse **melhor**, gerando efeitos positivos sobre a qualidade da educação de nossas crianças.

Estimativa do investimento público direto em educação por estudante, por nível de ensino, no Brasil — 2000-13

ANOS	NÍVEIS DE ENSINO					RAZÃO DE GASTO POR ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR EM RELAÇÃO AOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio		
			Anos iniciais	Anos finais			
2000	1.829	2.307	1.753	1.837	1.765	20.056	11,4
2005	2.119	2.056	2.402	2.235	1.436	16.361	6,8
2010	4.374	3.579	4.698	4.708	3.720	19.748	4,2
2013	5.495	5.434	5.519	5.459	5.546	21.383	3,9

FONTE: MEC/INEP.

NOTA: Valores em reais de 2013, a preços constantes (IPCA).

Thomas Hyeon Kang
Economista, Pesquisador da FEE

Política externa pragmática e inserção brasileira no continente africano

Na última década, as relações do Brasil com a África têm sido marcadas pelo pragmatismo da política externa brasileira. Pautando-se pelo princípio do Direito Internacional da não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o Brasil vem fomentando as trocas comerciais com países africanos, proporcionando oportunidades para empresas nacionais. Apesar das críticas de que alguns desses países tenham um histórico comprometedor de violação dos direitos humanos, o fato é que houve, nos últimos anos, incremento do comércio bilateral entre o Brasil e muitos países da África.

Na esfera comercial, os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) mostram que o valor das exportações para a África saltou de US\$ 1,3 bilhão em 2000 para US\$ 9,7 bilhões em 2014, atingindo um pico de US\$ 12,2 bilhões em 2012. Nesse período, a média das exportações brasileiras para esse continente foi composta, em sua maior parte, por produtos manufaturados (57,4%) e semimanufaturados (17,6%).

Segundo o Itamaraty, o estreitamento das relações do Brasil com a África, sobretudo com Angola, Moçambique e com os países do Golfo da Guiné, favorece os investimentos da Petrobras e de empreiteiras brasileiras e a promoção do agronegócio brasileiro na região. Adicionalmente, abrem-se, também, mercados para produtos fabricados no Brasil.

Hoje a Petrobras atua em Angola, Benim, Gabão, Tanzânia, Namíbia e Nigéria. Recentemente, o Governo Federal concedeu o perdão e a renegociação de dívida de alguns países localizados no Golfo da Guiné, promissora região produtora de petróleo, e na África subsaariana, área de interesse estratégico para o agronegócio nacional.

A aproximação entre o Brasil e a África tem sido impulsionada, também, pela atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Moçambique, Togo, Benin, Burkina Faso, Chade, Mali e Angola. Nesse caso, a inserção do Brasil dá-se pela cooperação técnica na área de produção de alimentos e de transferência de tecnologia brasileira adaptada às características desses países.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou, em 2010, o Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). O Programa prevê concessão de financiamento, para que seus países participantes (Zimbábue, Cuba, Moçambique, Gana e Quênia) possam comprar máquinas e implementos agrícolas fabricados no Brasil. Os dados do Sistema de Exportações da Fundação de Economia e Estatística (FEE) mostram que, no ano passado, esses países responderam por 5,12% das exportações nacionais de máquinas e implementos para agricultura e pecuária, totalizando o valor de, aproximadamente, US\$ 48,6 milhões. A participação das empresas gaúchas nos mercados citados foi de apenas 7,73% (US\$ 3,76 milhões). Contudo, as vendas locais a esses mercados merecem destaque. De acordo com o MDA, 65% das empresas que participaram do PMAI em 2014, que também conta com uma versão nacional, estão estabelecidas no Rio Grande do Sul.

Percebe-se que a política externa brasileira para a África, aos moldes da norte-americana, da europeia, da russa e da chinesa, vem promovendo, de forma pragmática, grandes oportunidades de negócios às empresas nacionais.

Robson Coelho Cardoch Valdez
Internacionalista, Pesquisador da FEE

As raízes da crise fiscal gaúcha e o irresponsável discurso do “dever de casa”

Na crise em que vivemos hoje, muitos se perguntam se ainda faz sentido ter “orgulho de ser gaúcho”. Venho, provocativamente, afirmar que os motivos do tradicional e justificado orgulho são, de certa forma, os mesmos da crise e se encontram lá atrás, na transição republicana. Com o fim do Império, cada estado federado ganhou ampla autonomia. A partir de uma das guerras civis mais sangüinárias da história da humanidade — a Revolução Federalista —, criamos um estado moderno muito antes das demais unidades da Federação. O estado positivista de Júlio de Castilhos foi desenvolvimentista e redistributivo e deu as bases do programa industrialista de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e dos próprios militares entre 1964 e 1980.

A precocidade do RS, contudo, teve um preço alto: a burocracia gaúcha, constituída da década de 10 à de 30 do século passado, ampliada e consolidada entre os anos 40 e 60 do mesmo século, acabou por se **aposentar** e **onerar**, também **precocemente**, o nosso Tesouro. Esse peso não seria opressivo se a arrecadação pública crescesse a uma taxa superior à do passivo representado pelos inativos, mas a economia gaúcha apresentou uma discreta perda de dinamismo na segunda metade do século XX. Parte dessa perda se deveu à dificuldade em definir uma estratégia clara de desenvolvimento. O RS nunca curou plenamente as feridas da Revolução Federalista, e os custos disso são uma estrutural falta de unidade de ação.

O potencial de desenvolvimento do RS é enorme. O Estado é uma espécie de “Nova Zelândia latino-americana”. Tem o mesmo tamanho, as mesmas características edafoclimáticas, produtivas, científico-tecnológicas e de inserção na divisão internacional do trabalho. **Há, contudo, uma diferença importante: não temos unidade política! Aqui, a cada mudança de governo, tudo começa de novo.** Não nos falta apenas projeto, mas, acima de tudo, confiança na possibilidade de um projeto baseado: (a) na nossa matriz produtiva; e (b) na continuidade de ações, construções e planos dos governos (usualmente opositores) anteriores.

O resultado é que fizemos apostas erradas e abandonamos projetos pela metade. Esses projetos acabaram sendo adotados por catarinenses e paranaenses, cujas economias, de bases similares, vêm apresentando taxas de crescimento muito superiores às nossas nas últimas décadas: entre 1986 e 2012, enquanto a economia gaúcha cresceu 80% em termos reais, Santa Catarina cresceu 142%, e o Paraná cresceu 160%. Isso, acima de tudo, porque eles fizeram a **reconversão agroindustrial** que nós ficamos devendo e se articularam à economia mundial, vendendo proteína animal. Enquanto isso, nós perseguíamos o sonho da **reconversão industrial radical**, pela atração de empresas de média tecnologia (petroquímica, automobilística) ou de alta tecnologia (microeletrônica, indústria bélica). No entanto, tudo o que obtivemos foi o fracasso previsível da guerra fiscal: menos arrecadação, serviços públicos de pior qualidade e crescente conversão em fornecedores de matérias-primas de baixo valor agregado.

Como se isso não bastasse, o Plano Real atingiu o coração do dinamismo gaúcho. Porque o RS é um estado fronteiro, nossa economia sempre apresentou uma abertura para o exterior (relação “exportações/PIB”) superior à média nacional. Ora, a principal âncora inflacionária do Plano Real é a cambial, de forma que, malgrado exceções, a nossa moeda

tem estado sobrevalorizada ao longo dos últimos 20 anos, desestimulando as exportações. A expressão mais crua desse desestímulo foi a evolução da indústria calçadista do Vale do Rio dos Sinos. No entanto, ela também se expressou no baixo dinamismo exportador das nossas tradicionais indústrias de máquinas e implementos agrícolas e de material de transporte (ônibus e caminhões), que vêm privilegiando os investimentos fora do RS. Ao longo do tempo, o tabaco e a soja em grão ganharam expressão relativa na nossa pauta de exportações, traduzindo a desindustrialização do Estado. Até 2003, o RS respondia por quase 10% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação do País e ocupava o segundo lugar da produção nacional, após São Paulo. Em 2004, Minas Gerais nos ultrapassou, e nossa perda de participação tem sido contínua.

É dentro dessa perspectiva mais geral que tem de ser pensada a crise das finanças estaduais. Tentar enfrentar esse quadro estrutural e de raízes seculares com corte de funcionários em atividade é, no mínimo, irresponsável, até porque isso já foi feito: o decréscimo do número de ativos nos últimos 20 anos é mais do que expressivo — é abusivo. Se tomarmos o conjunto dos serviços públicos básicos (educação, saúde e segurança), veremos que o número de profissionais **em atividade** caiu 12,91%, enquanto a população cresceu 18,27% nos últimos 19 anos. Isso ocorreu a despeito das insuficiências de qualidade e pessoal no início do período. Nesse quadro, pretender enfrentar a crise fiscal com cortes de pessoal em atividade e, por extensão, com piora da qualidade dos serviços públicos é puro diversionismo.

O Governo parece haver acordado para esse fato e vem abandonando o discurso dos cortes em prol do questionamento do acordo da dívida de 1996, que comprometeu as finanças estaduais com amortizações pesadas e com um sistema de indexação e de juros escorchantes. **Mais do que nunca, precisamos de unidade política para enfrentar a crise econômico-fiscal em que nos encontramos,** e essa unidade só pode ser conquistada pelo abandono da ideia simplista e rasteira de que basta “fazer o dever de casa” e cortar salários e postos de trabalho para resolver o problema do RS. Quem afirma e divulga simploriedades como essa presta um enorme desserviço ao povo gaúcho.

Evolução da população e do funcionalismo público em atividade no RS — 1994 e 2013

VARIÁVEIS	1994	2013	Δ%
População do RS	9.439.415	11.164.043	18,27
Funcionários públicos ativos ...	178.514	175.648	-1,61
Ativos dos serviços públicos básicos	160.139	139.464	-12,91
Secretaria de Educação ..	113.499	98.571	-13,15
Segurança Pública mais Brigada Militar	39.744	36.266	-8,75
Secretaria da Saúde	6.896	4.627	-32,90

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas-RS. Secretaria da Fazenda-RS.

Carlos Aguedo Paiva
Economista, Pesquisador da FEE

Algumas características do déficit habitacional no Rio Grande do Sul

Baseando-se no Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, elaborou uma base de dados relativa ao déficit habitacional no Brasil. O conceito de déficit habitacional por ela adotado engloba quatro componentes: (a) moradias precárias, que se refere à soma dos imóveis improvisados (que não foram destinados originalmente para fins residenciais) e dos rústicos (sem paredes de alvenaria ou de madeira); (b) coabitação familiar, que está relacionado com as famílias que moram juntas e que desejam constituir um domicílio exclusivo; (c) ônus excessivo com aluguel urbano, que abarca famílias de até três salários mínimos de renda e que gastam 30% ou mais de seu orçamento mensal com aluguel; (d) densidade excessiva, que ocorre quando uma moradia tem, em média, mais de três moradores por dormitório.

Em relação a esses componentes, o Rio Grande do Sul aproxima-se dos números do Brasil nos dois que mais concentram domicílios: 41% de coabitações familiares e 31,6% de ônus excessivo com aluguel, enquanto os números nacionais são de 43% e 30,6% respectivamente. Nos outros dois, há disparidades entre os índices estaduais e os nacionais: enquanto o estado gaúcho tem mais domicílios caracterizados como precários, 25% contra 19,36%, o percentual de residências gaúchas classificadas em situação de adensamento excessivo é menor que o nacional: 3% e 7% respectivamente.

O déficit habitacional relativo do Rio Grande do Sul, que indica a porcentagem de imóveis residenciais classificados como em situação de déficit, é o menor entre todos os indicadores estaduais do País: 8,42, enquanto o índice nacional é de 12,09. Em números absolutos, o Estado possui pouco mais de 303 mil unidades habitacionais classificadas em situação de déficit, das quais quase 271 mil localizam-se em zonas urbanas e pouco mais de 32 mil, em áreas rurais.

A base de dados ainda permite analisar o déficit por faixas de renda. Nesse aspecto, a distribuição de tal questão no Rio Grande do Sul assemelha-se ao total do Brasil nas faixas de renda de três a seis salários mínimos (14% e 15%) e acima de 10 salários mínimos (7% e 5%). Embora a maior parte do déficit esteja localizada, em ambos os casos, em famílias com até três salários mínimos de renda, o Rio Grande do Sul tem menor proporção nessa faixa de renda que o Brasil: 62% e 69% respectivamente.

O déficit habitacional brasileiro concentra-se nas áreas urbanas, já que quase 85% de unidades habitacionais em

situação de déficit, em qualquer dos componentes, estão localizadas nessas áreas. Esse fenômeno é ainda mais acentuado no território gaúcho, cujo percentual de concentração do déficit habitacional urbano é de 89%. Ainda assim, dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul apresenta o menor déficit urbano relativo: 8,77, enquanto o índice nacional é de 11,94. A distribuição dos números do déficit habitacional urbano estadual e nacional é bem aproximada em todas as faixas de renda e, em ambos os casos, concentra-se em domicílios com famílias de renda de até três salários mínimos, da ordem de 63% e 67% respectivamente.

Comparando-se os dados referentes aos componentes do déficit habitacional de todo o território gaúcho com os de suas áreas urbanas, percebe-se que não há alterações significativas em relação aos percentuais de coabitação familiar e de adensamento excessivo, em torno de 40% e 3% respectivamente. No entanto, nas zonas urbanas, há uma maior concentração de famílias em situação de ônus excessivo com aluguel, quatro pontos percentuais a mais do que no total do Estado, e um menor peso relativo dos domicílios precários, com três pontos percentuais a menos.

No *ranking* nacional do déficit habitacional rural relativo, o RS tem o quinto menor índice entre os estados: 6,36, enquanto o valor nacional é de 13,04. A desagregação desses dados em seus componentes aponta uma discrepância entre os índices do País e os relativos ao território gaúcho. Enquanto, no território rural do Brasil, os domicílios precários compõem quase dois terços do total, sendo o outro terço constituído por coabitações familiares, no Rio Grande do Sul, há uma distribuição mais equiparada entre esses dois componentes, da ordem de 46% e 53% respectivamente. Tanto nos dados federais quanto nos estaduais acima tratados, as unidades habitacionais em situação de adensamento excessivo representam cerca de 1% do total de imóveis das áreas rurais.

Tendo em vista o lançamento da terceira fase do programa Minha Casa Minha Vida, que, segundo o Governo Federal, será feito no começo de setembro, há que se levar em conta os dados já produzidos, para priorizar as áreas urbanas e rurais que apresentam maiores índices de déficit habitacional — já que, nesse programa, há modalidades diferentes de financiamento para unidades habitacionais nessas duas tipologias — e as faixas de renda com maior proporção de imóveis classificados em situação de déficit.

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior
Sociólogo, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 01.09.15).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor),

Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson

Augusto Colombo, Thomas Hyeono Kang e Vanclei Zanin

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro

Kanopf Oliveira

Revisão: Mateus da Rosa Pereira e Elen Jane Medeiros

Azambuja

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br